

VIABILIDADE DA PRODUÇÃO DE CAFÉ ORGÂNICO NO BRASIL: VANTAGENS E DESVANTAGENS

Rubia Cristina Wegner¹ Flávia de Mello Bliska¹, Patrícia Helena Nogueira Turco²

¹Centro de Café – Instituto Agrônômico de Campinas: bliska@iac.sp.gov.br; rubicawegner@gmail.com

²APTA-Polos: patricia.turco@apta.sp.gov.br

¹ Instituto Agrônômico/IAC, Campinas, SP, Brasil, bliska@iac.sp.gov.br, fazuoli@iac.sp.gov.br; mako@iac.sp.gov.br.

RESUMO: Esse trabalho procura analisar a cafeicultura orgânica sob a perspectiva de seus custos de produção e, por conseguinte, de sua viabilidade. Os objetivos principais são: 1) caracterizar produtores de café orgânico do país; e 2) diagnosticar as vantagens e desvantagens desse sistema de produção em termos de custos e aspectos socioambientais. Entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas para diagnosticar a agricultura orgânica quanto à viabilidade da sua produção. Foram entrevistados 14 produtores de Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia. Buscou-se por informações que esclarecessem o tipo de certificação, área plantada, comercialização, motivo pelo qual passou para o manejo orgânico, produtividade, colheita, mão-de-obra, custo de produção, preço e forma de comercialização. Foram também entrevistados representantes de outros segmentos da cadeia produtiva do café, bem como de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Para a sustentabilidade econômica do café orgânico foram identificados vários desafios, Principalmente no tocante à comercialização. Em relação ao manejo convencional, os pequenos e médios agricultores estariam em vantagem devido ao processo certificador, porém a manutenção no mercado internacional requer combinação de escala, alta qualidade e boas cotações. Aos cafeicultores que destinam seu produto somente ao mercado interno, o principal desafio é encontrar formas seguras de escoar o produto, levando em consideração o respeito a valores sociais e ambientais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Certificação; Desenvolvimento rural.

FEASIBILITY OF ORGANIC COFFEE PRODUCTION IN BRAZIL: ADVANTAGES AND DISADVANTAGES

ABSTRACT: This paper analyzes the organic coffee from the perspective of their production costs and therefore its viability. The main objectives are: 1) to characterize organic coffee producers in the country, and 2) diagnosing the advantages and disadvantages of this system in terms of production costs and environmental aspects. Semi-structured interviews were used to diagnose organic agriculture on the feasibility of its production. We interviewed producers in Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul and Bahia. We attempted to clarify the information by type of certification, acreage, marketing, why now for the organic management, productivity, harvest, manpower, production cost, price and marketing. We also interviewed representatives from other segments of the coffee production chain, as well as educational institutions, research and extension. For the economic sustainability of organic coffee were a number of challenges, primarily with regard to marketing. Compared to conventional management, small and medium farmers would be at an advantage because of the certification process, but maintenance on the international market requires a combination of scale, high quality and good prices. Growers who designed your product only to the internal market, the main challenge is to find safe ways to dispose of the product, taking into consideration the respect for social and environmental values.

Keywords: Sustainability; Certification; Rural Development.

INTRODUÇÃO

O processo de inovação tecnológica da agricultura se deu em simultâneo com a consolidação do capitalismo. Assim, era necessário liberação de mão-de-obra para a indústria nascente, bem como produção de alimentos para atender essa demanda. A visão de que a produção agrícola poderia se dar em parceria com a natureza foi rechaçada, pois era preciso aumentar a produtividade, logo, reduzir efeitos ambientais considerados nefastos para esse propósito. O aprofundamento da modernização da agricultura, isto é, a Revolução Verde visava aumentar a produtividade agrícola para resolver o problema da fome mundial – entre 1950 e 1984, a produção alimentar dobrou, tendo a disponibilidade alimentar por habitante aumentado 40%. Ao final da década de 1980 a Revolução Verde teria esgotado o potencial dos insumos mecânicos e químicos para melhorar os rendimentos agrícolas, embora a população mundial crescesse a taxas consideráveis. Nos países em desenvolvimento a modernização agrícola determinou efeitos nefastos sobre a articulação produtiva e econômica desses países sob três aspectos: (i) técnica, em que se requer uma re-conceitualização da natureza, dada a introdução da tecnologia; (ii) social, ou seja, empobrecimento, favelização, êxodo rural, sobre exploração da força de trabalho rural e (iii) econômica, que se refere aos maiores custos que pacotes tecnológicos associados podem representar para os países em desenvolvimento. Especificamente no caso brasileiro, a Revolução

Verde, cujo auge ocorreu na década de 1970, levou à introdução de pacotes tecnológicos com vistas a maximizar o rendimento dos cultivos, desrespeitando diferenças ecológicas entre eles. Apesar de proporcionar dinamismo à agricultura em seus aspectos estruturais, apresentou caráter excludente: aumento das disparidades regionais no país, aumento da concentração de riquezas e desgaste ecológico a ponto de se comprometer a continuidade de aumentos de produtividade. Nos anos 1970, a agroecologia ressurgiu em sua importância. Esse fenômeno se deu pela retomada do estudo e uso de tecnologias pré-existentes, quais sejam, práticas agrícolas de povos rurais antigos. Em meio aos efeitos da Revolução Verde, alguns teóricos perceberam ser necessário redescobrir a natureza, sua importância para sistemas de cultivo que fossem rentáveis econômica e socialmente e ao mesmo respeitassem o meio ambiente. Efetivamente, a visão produtivista da agricultura se confrontou com discussões que amalgamaram conceitos alternativos, a partir dos anos 1970. Seriam esses: agricultura biodinâmica, orgânica, organo-biológica, agricultura natural fomentaram movimentos a partir dos anos 1970, como: agricultura ecológica, regenerativa, biológica e permacultura que foram aglutinados em agricultura alternativa, então agroecologia e, por fim, sustentável. Um traço comum a todas aquelas correntes é a preocupação em conservar a fertilidade do solo para o crescimento de plantas saudáveis, bem como para a sustentação de agricultura permanente. Em suma, no pensamento agroecológico, a natureza é respeitada como geradora da produção agrícola e a ação antrópica se limita a ajustes que corrijam eventuais perturbações. Agroecologia tem os agroecossistemas como unidades de estudo e procura entender seu funcionamento de modo a integrar princípios ecológicos, agrônômicos e sócio-econômicos para avaliar o impacto e o efeito de tecnologias sobre os sistemas agrícolas. Desde a década de 1990, vem se firmando o termo agricultura orgânica como referência a todas essas formas, principalmente como sinônimo de agroecologia. A agricultura orgânica também pode ser caracterizada como um sistema em que se aboliu os insumos químicos solúveis e se busca preservar a biodiversidade dos agroecossistemas envolvidos. Possui características voltadas para enaltecer as condições particulares de cada ecossistema, mas não induz ao retorno do uso de métodos anteriores à Revolução Industrial e sim combina técnicas agrícolas conservacionistas tradicionais com tecnologias modernas. Afinal, os agricultores orgânicos se caracterizam por usar sementes certificadas, equipamentos modernos, bem como práticas de conservação do solo e da água. Nos anos 1990, estudos apontaram que sistemas agrícolas bem manejados quase sempre utilizam menos fertilizantes e pesticidas químicos sintéticos por unidade de produção em comparação com sistemas convencionais. Esses estudos concluíram que a redução do uso de insumos, permite menores custos aos sistemas orgânicos, sem necessariamente reduzir sua rentabilidade. Desde fins dos anos 1990, os estudos que têm Agricultura Orgânica como objeto enfatizam a importância da certificação para aumentar sua rentabilidade, por conseguinte, seus benefícios econômicos, sociais e ambientais. Aqui está mais uma diferença em relação ao sistema agroecológico: esse não fornece normas e regulamentações técnicas reconhecidas internacionalmente, porque não se trata de uma prática agrícola, mas de uma ciência. Dessa forma, agricultura orgânica conquista dimensões maiores para comercialização na medida em que estar certificado garante ao agricultor obtenção de prêmios no mercado. E ao consumidor, o selo 'orgânico' representa aquisição garantida de um produto originário de propriedades que respeitam valores sociais e ambientais. A diferenciação do produto é o núcleo da rentabilidade da cadeia de orgânicos, ou seja, sua competitividade advém do alcance de mercados específicos e, assim, garantidos. A organização da produção orgânica está voltada para atender às expectativas do consumidor ou a produção orgânica se reforça por contar com nichos de mercado. Nessa perspectiva, atender às expectativas do consumidor equivaleria a usar tecnologias de produção que atendessem demanda, reduzindo-se, assim, procedimentos e minimizando-se a questão ecológica. O objetivo principal da agricultura orgânica é inserção no mercado, estabelecendo-se – contrariamente às proposições da agroecologia – uma ruptura entre o produto em si e a maneira como ele é produzido. Assim, é possível estabelecer padrões de procedimento com vistas à certificação, que muitas vezes se sobrepõem à concepção de necessário equilíbrio do agrossistema. Por outro lado, no processo de comercialização em si, são ressaltados os valores sociais e ambientais da produção orgânica. Agricultura orgânica só tem razão de ser – em relação ao ponto de vista agroecológico – ao se inserir no mercado.

Comercialização de café orgânico: inferências sobre mercado, certificação e associativismo

Foi no início da década de 1980 que o estabelecimento de normas privadas internacionais para agricultura orgânica se deu por meio da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM). Essas normas levam em consideração o contexto europeu para clima, tecnologia, cultura, economia. No entanto, os países exportadores de café orgânico acatam essas normas sem questionamentos, ou melhor, muitas vezes sabem de sua estrutura deficiente para atender agricultores orgânicos nas áreas de pesquisa, assistência técnica, crédito para custeio e investimento. É com base no estabelecimento dessas regulamentações e leis, que certificadoras exercem sua função. Em suma, o núcleo da legislação para orgânicos tem origem em países desenvolvidos, como Estados Unidos, União Européia e Japão. Os agricultores orgânicos de países não desenvolvidos visam os mercados desses países de maneira que procuram seguir essas legislações por meio de certificadoras. A principal certificadora brasileira é o Instituto Biodinâmico – IBD, haja vista seguir padrões específicos da União Européia, com suas Regras CEE 2092/91, dos Estados Unidos, com as Regras NOP, do Japão, com as Regras JAS. Além de ser a única do Brasil credenciada pela IFOAM. Esse processo certificador representa um custo importante para os agricultores, o que por vezes, pode reduzir sua competitividade. A certificação não se sobrepõe a barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas para produtos convencionais pelos países desenvolvidos. Para aumentar a competitividade, a certificação não basta. É necessário

apoio governamental em termos de regulamentação do setor, criação de um sistema de credenciamento de certificadoras do produto e o controle do cumprimento das regras estabelecidas no marco regulatório. Não existe controle por quaisquer órgãos federais a respeito de informações sobre os sistemas orgânicos. A produção orgânica de café não conta com incentivos para exportação e a assistência técnica aos produtores fica, em boa parte dos casos, a cargo de extensionistas de entidades públicas estaduais. A exportação de café pelo agricultor familiar se dá por meio de parcerias e principalmente via cooperativas. Em 2010, duas cooperativas do sul de Minas Gerais – Coopfam e Coopervitae – e uma de Rondônia – Coocaram – exportaram 6.660 sacas de café orgânico, tendo EUA como destino principal. Em 2011, por outro lado, o setor orgânico viria aumentando seu espaço no mercado doméstico brasileiro. Os principais motivos seriam o ‘Real forte’, a fase de bonança da economia brasileira e a crise financeira mundial, que poupou países produtores e atingiu economias desenvolvidas da Europa e dos EUA, principais compradores de orgânicos. Estatísticas da Organics Brasil mostram que, no biênio 2009-2010, o país registrou um recuo de 932.116 mil hectares para 331.637 mil na área certificada para exportação. Nessa perspectiva alguns autores destacam entraves para a expansão mercadológica dos produtos orgânicos, quais sejam: descontinuidade da oferta de orgânicos; demanda superior à oferta; campanhas promocionais insuficientes sobre os diferentes segmentos de mercado; falta de segurança sobre a qualidade do produto; elevados custos de conversão e de certificação; estrutura de crédito insuficiente; existência de diferentes selos de certificação; confundindo o consumidor; expansão limitada de sistemas de produção; falta de tecnologias com enfoque agroecológico; ausência de levantamento sistematizado de informações de mercado e a competição com outras formas de agricultura agroecológica. Especialmente no início da década de 2000, ocorreu, no Brasil, uma dada estruturação com vista à produção de café orgânico. Destaca-se o município de Machado, localizado em Minas Gerais, quando em 2001, houve a assinatura de convênio entre a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (Fadema) – entidade vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Machado (EAFM) – e o Banco do Brasil para impulsionar a cafeicultura orgânica. Seu principal objetivo consistia em viabilizar infra-estrutura (armazém de peneira, seleção, preparo e classificação de grãos de origem orgânica certificados) que permitisse a preparação do café verde dentro dos padrões exigidos pelo mercado internacional – representado pelas certificadoras. Os beneficiados eram os produtores filiados à Cooperativa Nacional de Cafeicultores Orgânicos. A iniciativa pioneira de Machado-MG não conquistou êxito. O principal motivo seria a produção em grande extensão de terra, ou melhor, destinou-se a esse cultivo muitos hectares de terra, determinado exigência por maior número de diaristas. Por outro lado, o sistema orgânico de produção de café se espalhou por outros importantes estados produtores.

METODOLOGIA

O estudo foi elaborado com base no levantamento de dados primários, obtidos via entrevistas semi-estruturadas. Nesse estudo, vem sendo utilizada como um dos métodos principais. Os produtores constituem as principais fontes de dados para caracterizar o cultivo de café orgânico no país, de modo que estabelecer um diálogo baseado em um roteiro, previamente elaborado, permite ampliar e aprofundar o nível de informações obtidas. Foram realizadas entrevistas com produtores, extensionistas, gerentes de cooperativas, exportadores e pesquisadores. Com produtores, buscou-se por informações que esclarecessem o tipo de certificação, área plantada, comercialização, motivo pelo qual passou para o manejo orgânico, produtividade, colheita, mão-de-obra, custo de produção, preço e forma de comercialização. E nas entrevistas com pesquisadores, a preocupação foi obter dados a respeito da cadeia produtiva: implicações da certificação, importância de cooperativas, insumos (Quadro 1).

RESULTADOS

Considerações sobre a amostra de produtores de café orgânico

Inicialmente, destaca-se que se trata de pequenos e médio produtores, embora haja grandes produtores de café convencional que destinam alguns hectares de suas propriedades para o orgânico cuja principal razão seria ganhar clientes de um nicho de mercado específico. Os produtores pequeno, médio e familiares que exportam são cooperados. Observou-se que esses produtores, optaram por esse sistema em função ou de sua consciência ambiental e social, ou de programas específicos capitaneados por entidades como Emater ou da busca por redução de seus custos ou, ainda, devido a expectativas de conseguir preço maior em relação ao que obtinham com o café convencional. Alguns, especialmente aqueles que se mantêm no mercado mesmo com modestos cafezais, encaram esse cultivo como uma forma de ‘fazer a sua parte’. De modo geral, os produtores se utilizam de mão-de-obra familiar e, durante a colheita, contratam diaristas. Outros, como o de Espírito Santo do Pinhal-SP e o de Paraisópolis-MG mantêm funcionários contratados. Muitos consorciam o café orgânico com produtos como mandioca, banana – que constitui importante fonte de renda – e apicultura, como ocorre em Ouro Fino-MG, principalmente. Dois produtores de Londrina-PR desistiram de produzir café orgânico devido a baixa remuneração que obtinham. Segundo eles, o custo elevado da mão-de-obra representou um dos maiores obstáculos, assim como insuficiência de assistência técnica e a produtividade do cafezal caiu deveras, quando se passou para o orgânico. Produtores do Mato Grosso do Sul destinam sua produção apenas para o mercado local. Os produtores optaram por abandonar a certificação do IBD, porque ela não serviria para agricultores

familiares, na medida que eles necessitariam de assistência técnica muito mais do que de fiscalização. A despeito da existência de crescente demanda para os orgânicos, a manutenção de escala de café orgânico tem sido, para alguns produtores, um problema para garantir sua rentabilidade e, também, sua continuidade nesse manejo. Uma das cooperativas – COOXUPÉ –, localizada em Minas Gerais, afirmou que não exporta café orgânico há 10 anos, porque seus cooperados não conseguiram combinar escala de produção com qualidade. Enquanto que os entrevistados de uma empresa exportadora, de Pinhal-SP, afirmaram que mesmo certificado, é difícil o café orgânico apresentar boas cotações, logo, remuneração ao produtor. Ademais, não há lotes homogêneos, destacando-se que há uma mistura de peneiras – do 14 ao 17, aproximadamente – o que, na torrefação, salienta-se uma baixa qualidade e, por conseguinte, menores preços. Em Ibicoara-BA, ambos os produtores entrevistados são sócios em uma exportadora criada com objetivo de vender apenas suas sacas de café orgânico. Cada um possui em média 20 hectares de área com cafezal orgânico e investem maciçamente na qualidade desse produto. Em 2009-2010, exportaram 640 sacas com preço 100% superior ao do convencional, além de terem vendido em torno de 50 sacas para empresas nacionais, como Native de São Paulo-SP e Maratar, localizada na Bahia. Possuem certificação do IBD e afirmam que a produção de orgânicos somente é viável para eles, porque se valem do seu próprio canal de comercialização e porque seu café é de elevado padrão de qualidade, ou seja, o ágio que obtêm não está ligado diretamente ao selo de orgânico, mas muito mais à qualidade do seu café. De modo geral, são pequenos e médio produtores que optaram pela produção de café orgânico em função de consciência social e ambiental e também por buscarem maiores ganhos face à queda de preços do café convencional, bem como por acreditarem que seria menos custoso. Cooperativa exerce papel imprescindível para a cafeicultura orgânica em termos de assistência técnica e acesso ao mercado. O consorciamento do café com outras culturas é recorrente, destacando-se vagem, tomate e bananeira. A maioria deles tem a BCS como certificadora. O mercado externo é o principal destino do café orgânico brasileiro, embora dois produtores – um de MG e outro da BA – afirmem que o mercado interno esteja muito bom. Embora outro produtor, também da BA, tenha afirmado o contrário, isto é, a exportação se mantém como direcionamento principal da produção e capaz de pagar preços maiores desde que a qualidade do café seja elevada. De todo o modo, é preciso considerar que a permanência no mercado requer manutenção de altos padrões de qualidade e escala para atender uma demanda crescente.

Em 2010, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam-MG) exportou 3.820 sacas para EUA, Japão e Europa ao preço médio de R\$ 800. A Coopervit e, localizada em Nova Resende-MG, exportou 960 sacas de café orgânico para EUA e Itália ao preço médio de R\$650. Análise de custos de produção é um dos principais instrumentos de gestão disponíveis. Permite aos cafeicultores consolidarem o acompanhamento da lavoura, racionalizar a produção, bem como representa ferramenta para subsidiar políticas específicas para a cafeicultura (Bliska et al, 2009).

Quadro 1 Coleta de dados: descrição dos entrevistados

Estado	Região	Município	Cargo/função	Quantidade
São Paulo	Média Mogiana	Mococa	Produtor	1
		Divinolândia	Produtor	1
	Baixa Mogiana	Espírito Santo do Pinhal	Produtor	1
		Serra Negra	Produtor de café convencional	1
	Alta Paulista	Adamantina	Produtor de café convencional	1
	Pontal do Paranapanema	Teodoro Sampaio	Produtor - Agroflorestal	3
	Oeste / Alta Paulista	Adamantina	Instituição de Pesquisa e Extensão	2
Minas Gerais	Cerrado	Patrocínio	Produtor – Conv. e org.	1
	Sul	Andradas	Produtor	2
		Ouro Fino	Produtor	2
		Paraisópolis	Produtor	1
		Poço Fundo	Produtor	3
			Cooperativa	1
		Guaxupé	Cooperativa	1
Nova Resende	Cooperativa	1		
Mato Grosso do Sul	Sul	Glória de Dourados	Produtor	1
Paraná	Norte	Londrina	Produtor	3
		São João do Ivaí	Produtor	1
		Londrina	Instituição de Pesquisa e Extensão	2
Espírito Santo	Sudoeste	Venda Nova do Imigrante	Instituição de Pesquisa e Extensão	2
		Iúna	Produtor	01
		Irupi	Produtor	01
Bahia	Sul	Ibicoara	Produtor	02

Fonte: Elaboração própria

Custos de produção do café orgânico: resultados parciais

O levantamento dos custos de produção baseou-se em metodologia desenvolvida pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), 1972, de Custo Operacional Total (COT). Essa metodologia avalia não só o desembolso necessário à produção, como o custo de reposição do capital efetivamente empregado.

Quadro 2 Informações sobre os produtores considerados na Tabela 01

Produtor	Certificadora	Área com produtos orgânicos (ha)	Número de pés de café	Preço/Saca (R\$)
Andradas-MG	Certifica Minas; Ecocert; BCS	9	13.200	430
Andradas-MG	BCS; Ecocert	480	5.000	480
Pontal do Paranapanema-SP	Não tem	2	4.000 e 1.600 árvores frutíferas	250
Poço Fundo-MG	BCS; Ecocert	2,4	6.000	430
Iúna-ES	BCS	10	25.000	380

Fonte: Elaboração própria com base nas informações levantadas junto aos produtores

No Pontal do Paranapanema-SP, é utilizado o sistema agroflorestal. O custo principal desse sistema é o custo da implantação – ou seja, a passagem do plantio convencional para o agroflorestal –, porém seu custo operacional é muito baixo, algumas vezes igual a zero. Por outro lado, o custo de implantação é baixo, pois recebem doações de mudas de floresta e de café. Os cafeicultores desse município deliberadamente não exportam, preferem o mercado regional e aceitam apoio para fomentar a venda de café orgânico na região, porém não para exportá-lo. Para ilustrar, apresentou-se o custo de produção de um cafeicultor que não aduba, não pulveriza e se utiliza da sua mão-de-obra e de sua esposa. Sua produtividade foi de 15 sacas de café por hectare, gerando-lhe uma receita de R\$ 7.500, uma vez que seu café não é certificado; é vendido ao preço do convencional. Na região do sul de Minas Gerais são apresentados dados de dois produtores de Andradas e um de Poço Fundo, onde predominam pequenos agricultores e a cafeicultura possui grande relevância socioeconômica (Bliska et al, 2009). Todos eles são cooperados da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM) de modo que todos exportam suas sacas de café orgânico. Iniciaram-se nessa prática em princípios da década de 2000 e, de modo geral, possuem consciência dos valores sociais, econômicos e ambientais envolvidos. Vale destacar que possuem relativa compreensão de que a certificação, bem como o cooperativismo, não garantem remuneração estável em patamares elevados, pois esses fatores não seriam capazes de controlar o mercado internacional. Em outras palavras, acreditam que para se manter produzindo café orgânico, o agricultor não deve ter a obtenção preço alto por saca como único objetivo. O produtor 1, de Andradas-MG, destaca-se por sua produtividade de 38,8 sacas por hectare, logo, receita de R\$ 16.684. Sabendo-se que utiliza mão-de-obra diarista somente durante a colheita, seu custo de operações por hectare e por saca produzida é baixo: R\$ 646,65 e 149,53, respectivamente. Tampouco utiliza maquinário, tendo em vista que seu terreno é montanhoso.

Quadro 3. Custos de produção de café orgânico (2009-2010)

Produtor	Município	Receita Bruta (R\$)	Rendimento (sc/ha)	Custo por unidade de área (R\$/ha)			Custo por unidade produzida (R\$/sc)		
				Insumos	Operações	Total	Insumos	Operações	Total
1	Andradas-MG	16.684	38,8	82,22	646,65	726,86	19,07	149,53	168,60
2	Andradas-MG	4.720	9,83	430,58	1.234,67	1.665,42	262,72	753,36	169,35
3	Pontal do Paranapanema-SP	7.500	15	6.217,43	1.254,05	0	0	0	0
4	Poço Fundo-MG	12.183	28,33	342,44	1.254,05	1.596	29,00	106,22	135,23
5	Iúna-ES	5.320	14	100*	113,05	213,05	71,43	80,75	152,18

Fonte: Elaboração própria por meio de dados coletados em entrevista

* O agricultor não soube informar a quantidade de sulfato usado para pulverização, logo o custo pode apresentar um desvio em relação ao custo real.

O produtor 2, também de Andradas-MG, tem investido na compra de maquinário com vistas a reduzir sua necessidade de contratação de mão-de-obra, embora o faça apenas na colheita. Seu custo total por hectare de café orgânico foi de R\$ 1.665,42 e por saca produzida por hectare, R\$ 169,35. Mesmo que em proporção diferente, as operações concentram a maior parte dos gastos por hectare de ambos os produtores de Andradas: 88,96% para o produtor 01 e 74,13% para o produtor 02. O cafeicultor orgânico do Espírito Santo, tem produtividade próxima do produtor do Pontal do Paranapanema-SP, com 14 sacas por hectare, porém com receita bruta maior – R\$ 12.183,33.

Ressalta-se que no estado do Espírito Santo, o sistema orgânico entrou em decadência a ponto de fazer com que todos os 15 produtores voltassem ao convencional, mas *Fair Trade* via COOFACI. Dificuldades na comercialização constituíram a principal razão para essa crise. O produtor de Iúna-ES, cujos custos estão sendo apresentados na Tabela 1, afirmou que os cafeicultores tiveram problemas de burocracia com a certificadora (BCS) a ponto de ficarem sem selo de orgânico no melhor período para comercialização. Além disso, não dispunham de assistência técnica e enfrentavam dificuldades para conseguir crédito, pois Agricultura Orgânica seria considerada atividade de risco. Em suma, mesmo que em 2009-2010 tenha auferido receita de R\$ 5.320 por hectare e custo total por hectare de R\$ 213,05 e por saca, R\$ 152,18, desistiu do sistema orgânico de produção e optou pelo convencional *Fair Trade*.

Inferências sobre a comercialização do café orgânico brasileiro

Esses cinco produtores possuem no máximo 10 hectares com pés de café no sistema orgânico; utilizam mão-de-obra familiar, exceto no período da colheita. Trata-se de um cultivo intensivo em mão-de-obra, o que para uma extensa área pode desencadear um custo irreparável. Os gastos com operações – adubação, pulverização, roçada, arruação, secagem e beneficiamento – em dias/homens são maiores do que com insumos. O cafeicultor de Andradas-MG com custo total por hectare de R\$ 1.665,42 e por saca produzida por hectare de R\$ 169,35, declarou que produzir café orgânico requer muito esforço da parte do agricultor tanto em termos de trabalho despendido, quanto em estudar e avaliar os insumos a serem usados. É preciso estar atento à lavoura em si e na sua relação com o agrossistema. Basicamente, seus rendimentos provêm da cafeicultura orgânica e, por isso, tem se dedicado a aprimorar técnicas de manejo. Na propriedade de Poço Fundo-MG, para qual o custo total por hectare foi de R\$ 1.596 e por saca, R\$ 135,23, o rendimento do agricultor não se concentra no café, existindo cultivo de frutas e hortaliças orgânicas. Ambos são membros da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), a qual desempenha papel vital para a comercialização do seu café, que tem por destino primeiro a exportação. O crescimento do mercado interno para orgânicos tem aumentado o interesse de grandes redes supermercadistas. Em 2010, a segunda maior empresa do setor procurou os diretores da Coopfam com vistas a firmar um contrato de compra e venda. No entanto, seus cooperados ainda não possuem escala para atender tamanha demanda. Em Iúna-ES – e demais municípios do sudoeste desse estado, cujos custos serão considerados nos próximos relatórios – a permanência no sistema orgânico de produção foi comprometida em função da morosidade da certificadora em renovar o seu selo de orgânico. Cabe ressaltar que o produtor cujos dados estão descritos na Tabela 01 era aquele com maior produtividade na região e, por meio de uma comparação com os outros 4, é possível deduzir que sua relação receita bruta e custos, bem como sua produtividade, foram baixos no biênio 2009-2010. Desse modo, sua desistência do cultivo de café orgânico não encontra explicações em insuficiência de demanda ou de remuneração, mas de acesso a mercados. Afinal, como ele afirmou que se trata de uma demanda exigente e é preciso ter conhecimento e orientação no manejo, o que eles não tinham. Parece mais adequado encarar a certificação como um primeiro passo para obtenção de maiores ganhos do café orgânico. Em outras palavras, na cadeia de orgânicos, há aspectos anteriores à colocação do café pronto para exportar que exercem impacto sobre custos e rentabilidade, os quais estão relacionados com assistência técnica, mercado de insumos, crédito etc.

CONCLUSÕES

As principais vantagens da produção orgânica são: respeito à saúde do trabalhador, equilíbrio do agroecossistema, possibilita que se receba um preço maior em relação ao café convencional, propriedades familiares adquirem possibilidade de inserção no mercado internacional com um produto de alto valor agregado. As principais desvantagens são: requer orientação quanto à maneira de uso de adubos e fertilizantes, é uma prática intensiva em mão-de-obra, o que, em alguns casos, acaba por representar um custo elevado a ponto de inviabilizá-la, a burocracia e o custo envolvidos com a certificação podem representar entraves, esse sistema de produção não modifica situação de dependência de demanda externa, nem de cotação de preços. Em síntese, para a sustentabilidade econômica do café orgânico, vários desafios se apresentam. Principalmente no tocante à comercialização que, se em relação ao manejo convencional, pequeno e médio agricultores estariam em vantagem devido ao processo certificador, a manutenção no mercado internacional requer combinação de escala, alta qualidade e boas cotações. Aos cafeicultores que destinam seu produto somente ao mercado interno, o principal desafio é encontrar fontes seguras e, que considerem o respeito a valores sociais e ambientais, quanto ao escoamento do produto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, J.C. Agricultura Ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Raízes**, Campina Grande, n.16, p.13-24, 1998.
MAZZOLENI, E.M.; NOGUEIRA, J.M. Agricultura orgânica: características básicas do produtor. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n.2, p.263-293, abr/jun 2006.